



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 25ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Às dez horas do dia 3 de julho de 2002, na sala 605 do edifício-sede do Arquivo
2 Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Plenário do CONARQ, estando presentes os
3 seguintes Conselheiros: Jaime Antunes da Silva, Presidente; representante do Poder
4 Executivo Federal: Francisca Helena Barbosa Lima, do Instituto Histórico e Artístico
5 Nacional (suplente); representantes do Poder Judiciário Federal: Rosemary de Almeida,
6 do Supremo Tribunal Federal e Wadson Silva Faria, do Tribunal Superior Eleitoral
7 (titulares); representantes do Poder Legislativo Federal: Francisco Maurício da Paz, do
8 Senado Federal e Kátia Isabelli de Bethânia Melo de Souza, da Câmara dos Deputados
9 (titulares); representante do Arquivo Nacional: Ana Maria Varela Cascardo (titular) e
10 Maria Izabel de Oliveira (suplente); representantes dos Arquivos Públicos Municipais:
11 Ana Célia Rodrigues, do Arquivo Público e Histórico da Cidade de Campinas
12 (suplente); representante de Associações de Arquivistas: Euler Frank Lacerda Barros, da
13 Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ, (titular); representante de
14 Instituições mantenedoras de curso superior de Arquivologia: Maria Odila Kahl
15 Fonseca, da Universidade Federal Fluminense; representantes de instituições que
16 congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou
17 acesso a fontes documentais: Maria Celina D’Araújo, da Associação Nacional de Pós-
18 Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Luciana Quillet Heymann, do
19 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Ismênia de
20 Lima Martins, da Associação Nacional de História – ANPUH (titulares) e Jessie Jane
21 Vieira de Souza, da Associação Nacional de História – ANPUH (suplente). Justificaram
22 suas ausências: Antonio Thomaz Lessa Garcia Junior, do Ministério da Defesa e Júnia
23 Guimarães e Silva, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (titulares),
24 representados por seus suplentes; Oswaldo Noman, do Ministério do Planejamento,
25 Orçamento e Gestão; Geraldo Mártires Coelho, do Arquivo Público do Estado do Pará;
26 Fausto Couto Sobrinho, do Arquivo Público do Estado de São Paulo; Ivana Denise

27 Parrela, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (titulares), bem como de seus
28 respectivos suplentes. Os demais suplentes não compareceram em virtude da presença
29 dos respectivos titulares. Foram convidadas para secretariar os trabalhos da 25ª reunião
30 do CONARQ, Marilena Leite Paes, assessora do Diretor-Geral do Arquivo Nacional e
31 Rosina Iannibelli de Almeida, da Coordenação do CONARQ. Abrindo a sessão, o
32 Presidente do CONARQ, propôs que a 25ª reunião e 26ª reunião fossem realizadas
33 nesse mesmo dia, uma na parte da manhã outra na parte da tarde, o que foi aprovado
34 pelo Plenário. Passou ao primeiro ponto da pauta sobre apreciação das atas da 23ª e 24ª
35 reuniões, realizadas em 10 e 11 de dezembro de 2001, respectivamente. A Assessora do
36 Diretor-Geral e Coordenadora do CONARQ, Marilena Leite Paes, procedeu à leitura
37 das atas, esclarecendo que, o engano ocorrido ao mencionar o representante da
38 Associação dos Arquivistas Brasileiros, já havia sido corrigido para representante de
39 Associações de Arquivistas. Após a aprovação, pelo Plenário, das atas, o Presidente do
40 CONARQ passou a leitura da agenda da 25ª reunião, esclarecendo que os itens
41 propostos para discussão referem-se à publicação do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro
42 de 2002, que consolidou os decretos nº 1.173, de 29 de junho de 1994, 1.461, de 25 de
43 abril de 1995, 2.182, de 20 de março de 1997 e 2.942, de 18 de janeiro de 1999, além de
44 incluir procedimentos relativos às empresas em processo de desestatização, parcial ou
45 total, às sociedades de economia mista, às organizações sociais e ao Serviço Social
46 Autônomo da Associação das Pioneiras Sociais. Este Decreto incluiu, ainda, a questão
47 dos documentos eletrônicos e criou as Câmaras Setoriais. Alteração das Resoluções do
48 CONARQ em decorrência da edição do Decreto nº 4.073. Após examinar a questão, o
49 Plenário do Conselho deliberou que as Câmaras Técnicas examinarão as Resoluções
50 pertinentes as suas áreas específicas e que a Coordenação do Conselho examinará
51 aquelas pertinentes às atualizações contidas no Decreto. Após a revisão das Resoluções
52 as mesmas serão divulgadas na “página” do CONARQ na Internet. Constituição da
53 Comissão Especial para elaborar estudo referente à proposição de linhas de
54 financiamento com vistas à criação e/ou modernização de arquivos públicos. O
55 Presidente esclareceu que a proposta visa a estimular os arquivos públicos na elaboração
56 de projetos para as agências de financiamento. Esta Comissão Especial tem como
57 objetivo verificar, junto às agências de fomento nacionais e internacionais, as linhas de
58 financiamento a projetos na área de arquivo, os prazos para entrega e preenchimento dos
59 formulários, além de divulgar técnicas para elaboração de projetos e estimular a criação
60 de linhas de financiamento a projetos na área de políticas públicas nas várias agências

61 de fomento que não atendem a esta demanda, muitas vezes por desconhecimento da
62 importância da preservação do patrimônio público. A Conselheira Ana Célia informou
63 que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES abriu uma
64 linha de financiamento na área de gestão no serviço público, o mesmo acontecendo com
65 o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Comunicou, ainda, que a
66 professora Ieda Pimenta está ministrando um curso sobre elaboração de projetos e
67 propõe que se viabilize a edição de um vídeo, a ser divulgado junto aos arquivos
68 públicos. O Presidente propõe que a Comissão Especial seja composta pelos
69 Conselheiros Jessie Jane Vieira de Souza (na coordenação), Euler Frank Lacerda
70 Barros, Ana Célia Rodrigues, Ieda Pimenta e Mônica Medrado, do Arquivo Nacional,
71 que, por não estar participando da reunião, seria consultada sobre o assunto pelo
72 Presidente do CONARQ. Constituição da Câmara Técnica de Gestão de Documentos,
73 fundindo as Câmaras de Avaliação e de Classificação de Documentos. O Presidente
74 esclareceu que a fusão das duas Câmaras, a de Avaliação de Documentos, que
75 funcionava em Brasília, e a de Classificação de Documentos, que funcionava no Rio de
76 Janeiro, já havia sido discutida pelo Plenário. Em relação à constituição da Câmara
77 Técnica de Gestão de Documentos, lembrou a deliberação do Plenário de que os
78 membros das Câmaras Técnicas não poderiam participar de firmas de consultoria, no
79 setor privado, pois teriam informações privilegiadas. A Conselheira Maria Izabel de
80 Oliveira propôs que a constituição da Câmara seja feita por profissionais com
81 experiência na área de gestão. A Conselheira Ismênia Martins propôs que os
82 conselheiros participem como membros das Câmaras Técnicas, em sua maior parte,
83 uma vez que é o Plenário que define a política nacional de arquivos. A Conselheira
84 Maria Celina D. Araújo propôs que se elabore um banco de dados com o currículo e
85 área de atuação para se ter um cadastro dos profissionais e assim se possa constituir as
86 Câmaras Técnicas dependendo da área específica de estudo. A Conselheira Ismênia
87 Martins se colocou à disposição para elaborar este cadastro em conjunto com a
88 Coordenadora do CONARQ, Marilena Leite Paes. O Conselheiro Euler Frank Lacerda
89 Barros propôs que a Câmara Técnica de Gestão de Documentos fosse constituída pelos
90 membros das Câmaras Técnicas de Avaliação e de Classificação de Documentos. O
91 Plenário aprovou as propostas apresentadas. Criação das Câmaras Setoriais. O
92 Presidente esclareceu que o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, cria as “Câmaras
93 Setoriais visando a identificar, discutir e propor soluções temáticas que repercutirem na
94 estrutura e organização de segmentos de arquivos, interagindo com as câmaras

95 técnicas.” Desta forma o Presidente propôs a criação das Câmaras Setoriais sobre
96 Arquivos do Judiciário, em substituição ao Grupo de Trabalho, criado pela Portaria nº
97 31, de 28 de abril de 1999; sobre Arquivos Médicos, em substituição ao Grupo de
98 Trabalho, criado pela Portaria nº 50, de 9 de abril de 2001; sobre Arquivos Municipais;
99 sobre Arquivos Privados e sobre Arquivos de Empresas Privatizadas ou em Processo de
100 Privatização. Justificou a importância dessas câmaras setoriais, algumas substituindo
101 grupos de trabalho que desenvolvem estudos visando a consubstanciar a política
102 nacional de arquivos, outras, como as sobre Arquivos Municipais com a finalidade de
103 estimular a criação de arquivos públicos nos municípios; sobre Arquivos Privados, com
104 o objetivo de estabelecer diretrizes e estratégias para sua identificação, criação e/ou
105 modernização, com vistas à sua declaração de interesse público e social; elaboração de
106 estudos sobre a importância desses acervos para a pesquisa em geral e proposição de
107 linhas de financiamento para sua organização, preservação e disponibilização para
108 consulta; sobre Arquivos de Empresas Privatizadas ou em Processo de Privatização,
109 encaminhada por Ana Maria Camargo, Presidente da Associação de Arquivistas de São
110 Paulo, suplente do Conselho; Denise Mendes; Dirce de Paula e Silva Mendes; João
111 Martins Rodrigues Neto e Luzia Monteiro Araújo Soares. Após aprovação pelo Plenário
112 da criação das Câmaras Técnicas propostas, o Presidente sugeriu que os grupos de
113 trabalho hoje existentes se reunissem para apresentar os objetivos e a composição das
114 Câmaras Setoriais, bem como a indicação da presidência das mesmas para que sejam
115 viabilizadas as portarias. Sugeriu que a Câmara Setorial sobre Arquivos Municipais
116 fosse presidida pela Conselheira Júnia Guimarães e Silva, do Arquivo Geral da Cidade
117 do Rio de Janeiro; a sobre Arquivos do Judiciário pela Conselheira Rosemary de
118 Almeida, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre o tema; a sobre Arquivos Médicos
119 pelo coordenador do Grupo de Trabalho, Paulo Ellian; sobre Arquivos Privados, pela
120 Conselheira Luciana Quillet Heymann, do Centro de Pesquisa e Documentação de
121 História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Quanto à Câmara Setorial sobre Arquivos
122 de Empresas Privatizadas ou em Processo de Privatização, o Presidente considera
123 importante ter representantes das empresas reguladoras e da comunidade usuária. A
124 Conselheira Kátia Isabelli de Bethânia Melo de Souza propôs que um membro da
125 Câmara Técnica de Gestão de Documentos integrasse, também, a Câmara Setorial sobre
126 Arquivos de Empresas Privatizadas ou em Processo de Privatização. As propostas
127 foram aprovadas pelo Plenário. Informes Gerais. A Conselheira Ismênia de Lima
128 Martins informou sobre a situação em que se encontra o Conselho Estadual de

129 Arquivos, do qual é Conselheira, na condição de presidente da ANPUH. O Conselho,
130 criado na gestão governador Anthony Garotinho, era subordinado ao gabinete civil,
131 extinto pela atual reforma administrativa do governo Benedita da Silva. Diante deste
132 fato torna-se necessária à edição de um novo Decreto vinculando o Conselho Estadual
133 de Arquivos a outra instância do governo. Atualmente o Arquivo Público do Estado do
134 Rio de Janeiro está subordinado à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, cuja
135 Secretária, até o momento, não manifestou interesse em relação à situação do Conselho,
136 afirmando que o mesmo não é importante. Diante deste fato solicitou a interveniência
137 do CONARQ, no encaminhamento de um documento à Secretaria de Direitos Humanos
138 e ao Governo Estadual alertando sobre a importância do Conselho Estadual de Arquivos
139 - CONEARQ, órgão colegiado, vinculado ao Gabinete Civil do Estado, que tem por
140 finalidade elaborar e implementar políticas públicas voltadas para gestão, preservação e
141 acesso aos documentos oriundos do Poder Executivo Estadual, de forma a garantir seu
142 pleno uso administrativo, científico, cultural e assegurando ao cidadão o exercício de
143 seus direitos. Outro informe da Conselheira Ismênia diz respeito ao projeto do Arquivo
144 Público do Estado do Rio de Janeiro junto ao Instituto Talavera Bruce que, na primeira
145 fase, treinou as internas nos trabalhos de higienização da documentação que se
146 encontrava no Arquivo Público em condições inadequadas e com falta de pessoal para
147 agilizar esta demanda. Este trabalho foi executado com a supervisão técnica dos
148 profissionais do Arquivo. A segunda fase, que consistia no trabalho de encadernação foi
149 suspensa na mudança do governo estadual. A Conselheira Jessie Jane Vieira de Souza,
150 ex-diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro relatou outro fato que
151 demonstra a descontinuidade das ações com as mudanças de governo. O Arquivo
152 Público liderou um movimento junto ao governo estadual para obtenção de uma sede
153 própria, uma vez que as atuais instalações encontram-se em situação precária. O prédio
154 proposto foi o do antigo DOPS, na rua da Relação, incluindo-se, neste caso, um projeto
155 de restauração para sua ocupação. Até o momento a transferência do Arquivo Público
156 do Estado do Rio de Janeiro não se efetivou. O Plenário deliberou elaborar um
157 documento a ser encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos em apoio às iniciativas
158 do governo anterior e da direção do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro à
159 época. Encerrou-se, em seguida, a reunião.